

FORTIFICACIONES SEÑORIALES DEL SUROESTE IBÉRICO

La huella documental

Juan Luis Carriazo Rubio

Editor



O CASTELO DE ALCOUTIM E AS SUAS DIFERENTES FACES: DE ESTRUTURA BÉLICA MEDIEVAL A ESPAÇO DE FRUIÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEO

Alexandra GRADIM

Câmara Municipal de Alcoutim

1. O CASTELO DE ALCOUTIM ENQUANTO FORTIFICAÇÃO RAIANA DO SOTAVENTO ALGARVIO

Os construtores do castelo de Alcoutim elegeram, nos finais da Idade Média, uma pequena colina de quase uma trintena de metros para aí erigirem esta estrutura militar que se caracteriza por ser, acima de tudo, um reduto defensivo.

A opção por esta colina na margem direita e sobranceira ao grande rio do Sul, o Guadiana, teve muito provavelmente a mesma leitura do terreno daqueles que construíram nesse mesmo local, cerca de um milénio e oito séculos antes, os primeiros vestígios da ocupação humana no espaço da vila de Alcoutim. A edificação do castelo tardo-medieval português irá arrasar estes testemunhos balizados entre o período da Idade do Ferro e o Período Romano Republicano, conforme testemunharam as escavações realizadas no interior do castelo em 1992/93¹.

Nesta paisagem de serra, a perceção do vale encaixado entre dois cerros elevados e escarpados a Norte e a Sul e delimitado a Este pelo rio Guadiana, elemento fundamental para o tráfego comercial e para a comunicação com o exterior, ter-se-á revelado estratégica para a primeira fixação humana e para a localização da “póvoa” de Alcoutim, formada num território integrado no reino português em finais da década de trinta do século XIII, aquando da sua reconquista pelas hostes da Ordem de Santiago sob o reinado de D. Sancho II.

O castelo de Alcoutim usufruirá da plataforma elevada onde se fixou para, em conjunto com os dois templos religiosos edificados a noroeste e a sudeste, formarem um triângulo agregador das habitações que passaram a constituir o núcleo populacional da vila, delimitado a norte e oeste pela Ribeira de Cadavais.

Vila e castelo desenham neste espaço uma intenção clara de estratégia que se impôs após 1297 em Alcañices com a demarcação do território português e onde o Guadiana passaria a assumir a fronteira do sotavento algarvio. A atribuição de carta

1 Catarino, 1994: 675-671, e 2004: 13.

de foral a 9 de janeiro de 1304 a Alcoutim pela coroa dionisina e a legislação de incentivo à fixação de população iniciada com D. Dinis e que “será sucessivamente confirmada em reinados posteriores”², revela essa clara percepção de assegurar e preservar a linha de fronteira fixada anos antes no final da centúria precedente.

Em Alcoutim este reduto defensivo tardo-medieval vai-se articular com uma linha avançada de pontos fortificados que se estendem para norte e para sul ao longo do Guadiana numa trama cuja principal função era um controlo e sobretudo a tentativa de oposição a um itinerário de penetração no interior do reino. Aqui, mais do que em Mértola a norte ou Castro Marim a sul, esta espécie de ferrolho numa zona vulnerável do rio, procurava precaver erros anteriores como em 1252, quando D. Afonso X penetrou em Portugal, na luta que o opôs a D. Afonso III³. É certo que não se encontra documentada a sua construção em qualquer referência cronística ou epigráfica do reinado de D. Dinis, conforme consta da listagem recolhida por Mário Barroca que contabiliza apenas o de Castro Marim e Tavira para o Algarve⁴, mas a sua edificação terá ocorrido nos primórdios do século XIV, conforme comprovado nas escavações acima referidas.

Apesar de contemporâneo dos castelos góticos, onde a defesa passa a ter um carácter ativo através dos melhoramentos introduzidos nos diversos mecanismos, o castelo de Alcoutim apresenta uma debilidade técnica considerável face à inexistência de torre de menagem e de salientes no circuito da muralha, limitando a sua capacidade ofensiva ao tiro frontal de arcos e bestas através das suas ameias, algumas das quais já dotadas de seteiras e ainda hoje visíveis nos panos de muralha a este, sul e oeste (Fig. 1).

Esta fortaleza poligonal que para uns, como João Monteiro, tem forma trapeziforme e na leitura de Sousa Lobo será mais quadrangular⁵, contrasta na sua simplicidade com o traçado oval que as curvas de nível impõem ao terreno onde foi implantado.

Na primeira representação iconográfica que se conhece deste monumento, realizada por Duarte de Armas em 1509, o escudeiro de D. Manuel I apresenta duas vistas, uma Norte, outra Sul e uma planta onde inscreve as medidas dos panos de muralhas usando como unidades a vara e o palmo, permitindo-nos concluir que no início do século XVI a sua altura era de quase 6 m, menos cerca de 3 metros que a atual e o seu perímetro teria cerca de 216 m, praticamente o mesmo que possui atualmente apesar das posteriores transformações realizadas (Figs. 2 e 3).

A análise do conjunto gráfico de Duarte D’Armas compilado no *Livro das Fortalezas*⁶, revela interessantes detalhes que importa realçar. Entre eles, verifica-se nas duas vistas panorâmicas a existência de uma barbacã com torres do lado Sul e que

2 Gradim, 2006: 23 e 34.

3 *Idem*: 35.

4 Barroca, 1998: 811 e 820.

5 Monteiro, 1999: 53; e Lobo, 2001: 66.

6 Armas, 1997.



Figura 1. Vista para nordeste do castelo de Alcoutim com o castelo de S. Marcos em Espanha, em último plano (A.G./ J.S.).

teria no lado Norte uma possível porta ligeiramente desviada da porta principal do castelo. Construída provavelmente em taipa total ou parcialmente, terá cingido a sua utilização aos séculos XIV e XV⁷ (Fig.4).

Os pormenores destas ilustrações permitem-nos ainda conhecer o interior do castelo, onde se acedia, no início do século XVI, franqueando a única porta ogival que abria diretamente para o pátio. À direita encontraríamos uma cisterna e a cadeia, identificáveis pelos símbolos de duplos círculos e gradeamento na planta (Fig. 2). À esquerda erguer-se-ia um edifício de dois pisos, assinalado como “aposentos sobradados” e também representado nas vistas panorâmicas⁸ (Figs. 2 e 4), morada provável do Alcaide e senhor de Alcoutim, à época D. Fernando de Menezes, marquês de Vila Real e conde de Alcoutim⁹. Morada esta que na segunda metade do século XV teria sido ocupada por João Freire de Andrade e D. Leonor da Silva, pais da futura condessa de Alcoutim Maria Freire de Andrade que casará com D. Fernando de Menezes¹⁰.

7 Gradim, 2006: 36-37.

8 Armas, 1997.

9 Gradim, 2008: 40.

10 Gradim, 2006: 37-38.

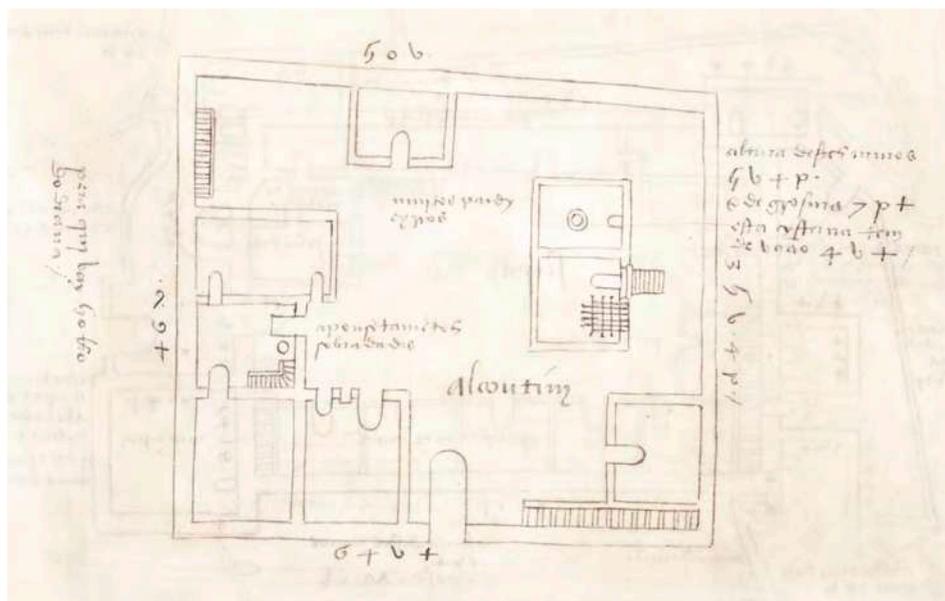
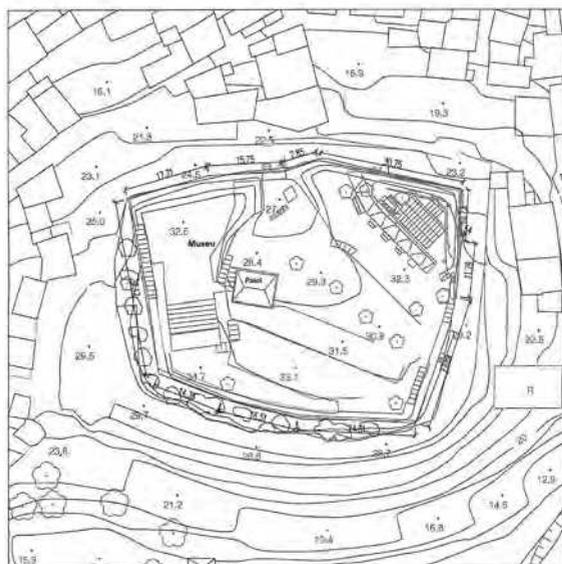


Figura 2. Planta do castelo segundo Duarte de Armas, 1509/10 (Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, PT/TT/CF/159; imagem cedida pelo ANTT).



Castelo de Alcoutim

Perímetro = 215,9 m
 Área = 3146,4 m²



Figura 3. Planta atual do castelo cotada, com indicação de área e perímetro (C.M.A.).

No canto noroeste e sudeste duas escadarias permitiam o acesso ao adarve. O resto das edificações seriam, nas palavras de Duarte de Armas, uns “pardiéis”.

As referências ao castelo de Alcoutim na documentação medieval são raras, tal como sucede no seu congénere espanhol o castillo de San Marcos na outra margem

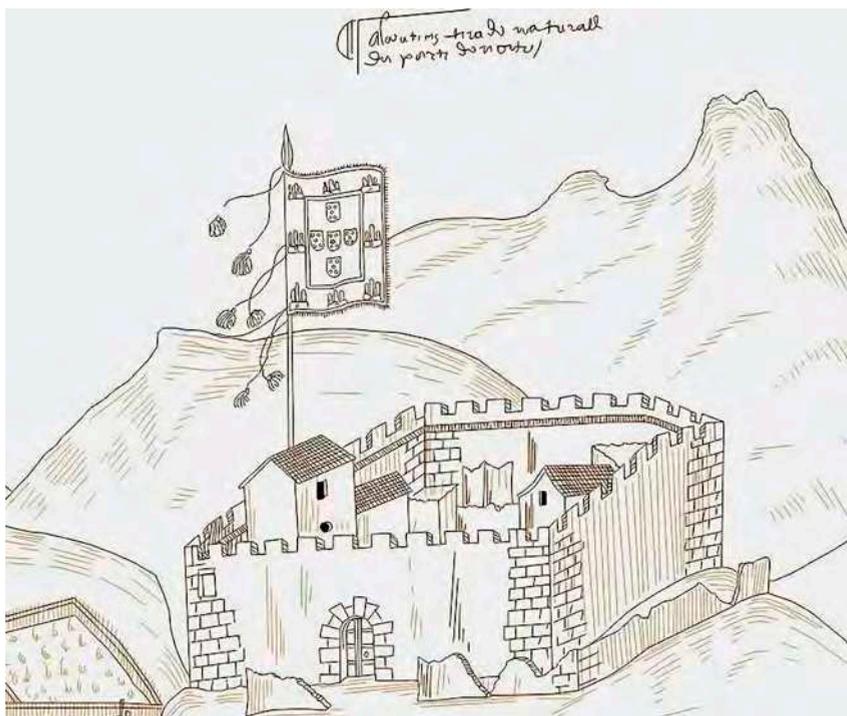


Figura 4. Em cima: Detalhe do castelo e barbacã realizado com base na vista norte de Duarte de Armas em desenho com arranjo gráfico de Nelson Pires. Em baixo: Vista norte da vila de Alcoutim, de Duarte de Armas 1509/10 (Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 159, PT/TT/CF/159; "Imagem cedida pelo ANTT").

do Guadiana¹¹. Delas infere uma notória debilidade enquanto estrutura militar durante o final do período medievo e despontar do moderno, apesar de ter sido o palco do tratado de paz em 1371, aquando do conflito que opôs D. Fernando I a D. Henrique de Castela. Mas ainda na centúria de trezentos, no reinado de D. Afonso IV, Alcoutim não tem capacidade para travar a investida do exército castelhano de Afonso XI que, segundo a crónica de 1419, aqui chega subindo o rio numa frota e ataca violentamente a vila após fazer passar as hostes com recurso a uma “ponte de galés improvisada”¹². Nos finais do século XIV, em 1391, o rei D. João I vai usar as receitas da cobrança de dívidas das comarcas do sul do país para reparações necessárias no castelo que estava sem gente¹³.

Em período quatrocentista continuam as reparações da fortificação como se depreende da necessidade de trazer para Alcoutim “pedra e call e outras cousas”, referida nas cortes de Évora em 1442¹⁴. No último quartel, em 1475, é incapaz de repelir a invasão ou impedir o saque da vila no ataque castelhano, relatado pelo cronista espanhol Alonso de Palencia¹⁵, o que terá levado ao estado de ruína mencionado nas cortes de Évora desse ano¹⁶.

A par da documentação o registo arqueológico elucida-nos sobre as transformações ocorridas neste espaço, como é o caso do incêndio registado em níveis de final do século XV início do XVI, que obrigaram à construção de novos compartimentos durante os reinados de D. Afonso V e de D. Manuel I, edificadas sobre as estruturas anteriores¹⁷. Os muros desta época moderna que substituem os de tradição hispano-muçulmana apresentam espessuras médias de 65 cm (mais 5 centímetros que os anteriores) e, na sua construção, foram utilizadas pedras misturadas com fragmentos de talhas do XIV, tijolos de tipo «mazaril», sobretudo nos cunhais das portas, e fortes argamassas de cal e areia, sendo ainda hoje visíveis no espaço musealizado no interior do castelo, algumas paredes com rebocos de cal deste período, assim como a rampa de acesso ao adarve¹⁸.

Durante o século XVI, provavelmente durante as obras de restauro assinaladas para o reinado D. Manuel I por João de Almeida¹⁹ abriu-se no lado oposto à porta principal uma outra entrada menor e com arco ogival. Alterou-se também o acesso da cadeia, ainda hoje existente, substituindo-o por uma escadaria adossada à parede

11 Carriazo, 2015: 12.

12 Crónica de Portugal de 1419: 256.

13 Monteiro, 1999: 135.

14 Iria, 1990: 103.

15 Carriazo, 1998: 366.

16 Almeida, 1967: 348.

17 Catarino, 2004: 14.

18 Gradim, Cardoso e Catarino, 2011: 48.

19 Almeida, 1947: 421.

poente²⁰. Nos finais desta época a fortaleza renascentista era um importante baluarte fronteiriço, conforme demonstram os registos efetuados pelas ordenanças de 1573, que indicam que a infantaria dispunha de um total de 1000 homens²¹.

A subtração da fronteira com a união ibérica, no período filipino, levará a um inevitável esbater do seu papel militar, apesar da sua atividade como comprova o registo do engenheiro napolitano Alexandre Massai em 1621, que refere uma infantaria de 719 homens, estando na vila 12 a cavalo e 143 a pé²².

A maior metamorfose desta praça de armas irá ocorrer quando se estabelece como fortaleza abaluartada na sequência da restauração de 1 de dezembro de 1640, momento em que a estrutura militar “era guarnecida por 200 homens”²³ e cuja incapacidade operativa desde cedo se demonstra, como ficou claro aquando das investidas castelhanas em 1642, que foram repelidas a custo²⁴. A arte da guerra tinha com efeito evoluído, provocando a substituição das armas brancas e proximidade dos intervenientes pelo triunfo da ofensiva à distância com armas de fogo. Esta mudança exigia uma coordenação entre a artilharia, infantaria e cavalaria tradicionais, ao destituir a propulsão neurobalística trocando-a pela pirobalística, mais exigente em conhecimentos técnicos e táticos e seguramente bem mais aniquiladora.

Restituída a soberania portuguesa e reposta a fronteira o castelo recupera a sua importância na defesa do território, mas evidenciam-se as lacunas estruturais, materiais e humanas de que fazem eco as fontes documentais, como a carta do governador do Algarve, a 27 de novembro de 1658²⁵, em que relata ao rei D. Afonso VI a situação precária da guarnição sem meios para combater o inimigo numa eventual investida, ou a carta de 4 de novembro de 1660, em que reafirma a fragilidade da praça face ao inimigo e a falta de “munições, ferramentas e armas”²⁶.

Portugal beneficiou, no entanto, da incapacidade bélica castelhana dividida entre conflitos internos, como os que ocorreram em 1652 na Catalunha e, os externos, com o seu envolvimento na guerra dos trinta anos que só termina em 1659²⁷, momento em que pode então canalizar a sua atenção para a fronteira ocidental.

É exatamente no início da década seguinte, em 1660 que o castelo de Alcoutim se torna a praça de aspeto abaluartado que hoje conhecemos, pela mão do engenheiro militar francês, Pedro de Santa Colomba, que terá elaborado o projeto²⁸

20 Catarino, 2004: 15.

21 Gradim, Cardoso e Catarino, 2011: 48.

22 Guedes, 1988: 95.

23 Oliveira, 2002: 578.

24 Boiça, 2004: 28.

25 A.H.M., PT/AHM/DIV/1/02/2/41, e Iria, 1978: 292.

26 Iria, 1978: 391.

27 Duclos, 2015: 38.

28 Boiça, 2001: 31.

e supervisionado a obra iniciada por Manuel de Sousa com 3000 cruzados, em novembro de 1660²⁹.

A configuração medieval das muralhas do castelo é alterada, evidenciando-se em particular no canto Nordeste, onde se construiu uma bateria de tiro que forma uma plataforma abaluartada dotada de canhoneiras e onde se instalaram as armas de fogo. Quanto ao número e características destas peças, a documentação dá-nos relatos díspares desde o século XVII até ao XIX. Temos por exemplo o documento de 1653 que refere “quatro reparos de artilharia de calibre 7 ate 24 de todo aperelhados”³⁰, sendo um facto que os espanhóis em 1669 consideravam o castelo português “muy fortificado y prevenido de artilleria...”³¹.

Já em 1754, Francisco Lobo Cardenal regista e representa 7 peças numa planta da vila de Alcoutim, relatando que se tratam de “3 do Cal. 16, e quatro de 12, faltamlle praxadas”³². O mesmo número de peças é registado no inquérito das Memórias Paroquiais, de 1758. São todas de ferro mas “com grande perigo para o uzo, tem as ditas pessas sete reparos de muito pouca serventia”³³. Dois anos mais tarde, em 1760, um ofício de Jerónimo F. de Mendonça Pessanha Capitão-Mor de Alcoutim para Diogo Gomes Moura que informa da chegada de um oficial de artilharia com alguns soldados do mesmo regimento para efetuarem a colocação de 4 peças no castelo³⁴. Catorze anos volvidos, em 1774, numa relação que descreve a situação da praça, referem-se 13 peças de ferro, sendo 2 com os calibres de 18, 3 de 16, 4 de 12, 1 de 8 e 3 de 4, “todas precisão de ser montadas de novo, e o podem ser em reparos de rodas patescas”³⁵. No entanto em 1798, o Barão von Wiederhol, refere apenas “4 ou 5 canhões”³⁶. No século XIX, em 1826 uma “Relação demonstrativa das bocas de fogo, munições de guerra, e mais artigos, que actualmente ezistem na Praça de Alcoutim”³⁷, lista 36 artigos na primeira folha, entre eles 3 canhões todos declarados incapazes, sendo uma peça de ferro com calibre de 18, uma outra também de ferro com o calibre de 12, ambas montadas e uma de bronze de calibre de 12. Para concluir este capítulo peculiar, a única peça de ferro que chegou até nós, e da qual resta apenas um fragmento composto por bolada e tulipa de um possível quarto de canhão de calibre 7³⁸ (Fig. 5), não corresponde a nenhum dos acima citados. A existência desta peça que se encontra

29 Iria, 1978: 391-392.

30 Boiça, 2001: 31.

31 Duclos, 2002: 109.

32 A.N.T.T., Planta da villa de Alcoutim// anno de 1754, PT/TT/MR/1/71.

33 A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, 1758: 123.

34 A.H.M., PT/AHM/DIV/1/06/28/42.

35 A.H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/9.

36 Guedes, 1992: 129.

37 A.H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/33

38 Gradim, Cardoso e Catarino, 2011: 50.

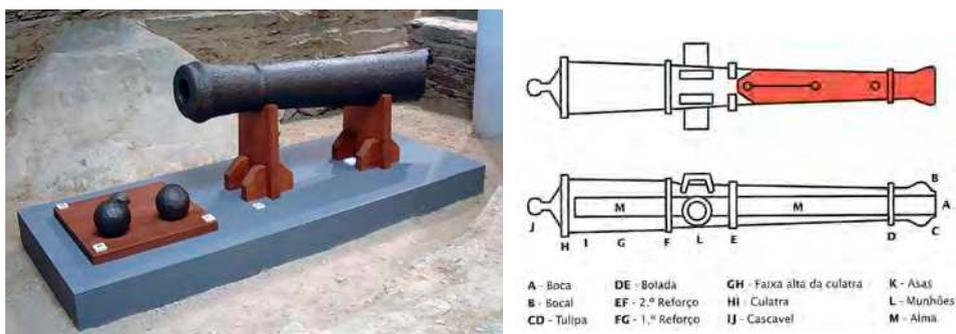


Figura 5. À esquerda fragmento de quarto de canhão e pelouros na exposição do museu de arqueologia no castelo de Alcoutim e à direita esquema do canhão com parte conservada (A.G.).

hoje no museu de arqueologia, no interior do castelo, deve-se ao sr. Manuel João Pereira Costa que em 1955 ao realizar “umas escavações para montar uma sebe, no castelo desta vila” encontrou “parte do cano de um antigo canhão com cerca de 1,20 m de comprimento e 25 cm de espessura”³⁹.

O século XVII vai ser como tal, responsável por uma profunda transformação do espaço interior outrora reproduzido por Duarte de Armas, fazendo desaparecer não só o conjunto edificado que incluía o “sobradado” no canto nordeste, para aí instalar a bateria, como também é desativada a cisterna. Outros espaços são alterados como o da cadeia que passa a estar ocupado por um paiol, ou o edifício do canto noroeste que é aumentado. É ainda deslocado para sudeste o adossado à muralha Sul.

Tudo isto é possível observar na cartografia de finais do século XVIII e inícios do XIX, informação que vem a ser corroborada na documentação do mesmo período.

Começamos pela cartografia, selecionando os levantamentos que realizou o engenheiro militar e cartógrafo José de Sande Vasconcelos, nas duas últimas décadas do século XVIII, cujo detalhe nos dá mais informação que os que se realizarão no século seguinte.

Vamos deter-nos em duas plantas existentes no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, ambas sem data precisa, mas que pensamos poder atribuir a primeira à década de oitenta, (Fig. 6) e à segunda, muito provavelmente o ano de 1794, (Fig. 7) uma vez que refere o mesmo valor de 400\$0000 reis, que é necessário à reparação da praça e que vem expresso no “Mappa dos orçamentos do que podem custar as redificaçoens da fortalezas deste Reyno”⁴⁰, que, com alguma reserva, será desse ano. Ambas nos ilustram um interior muito distinto da planta do século XVI. O centro é agora ocupado pelo paiol designado simplesmente por “quartel” na planta

39 *Notícias do Algarve*, 1 de maio de 1955: 2.

40 Vasconcelos, 1794?, cota 4010 II-1-3-5.

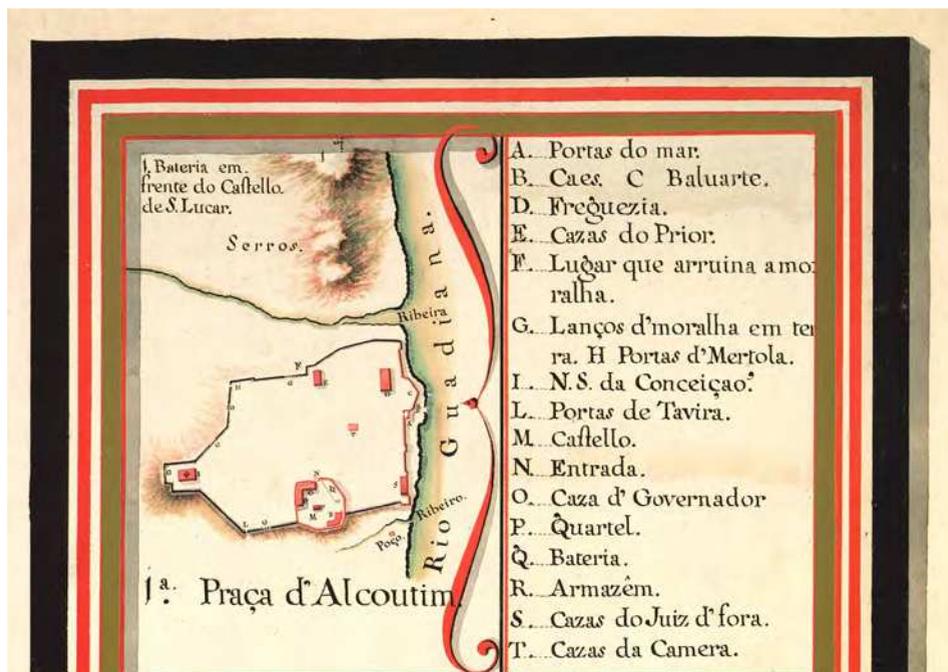


Figura 6. Planta da Praça d'Alcoutim realizada pelo Tenente Coronel José de Sande Vasconcelos (imagem cedida por GEAEM/DIE - Exército Português).



Figura 7. Planta da Praça de Alcoutim de J. de S. Vasconcelos (imagem cedida por GEAEM/DIE - Exército Português).



Figura 8. Vista aérea para sul do castelo de Alcoutim com escada e plataforma de acesso (A.G./J.S.).

mais antiga⁴¹ e “hum quartel á prova de bomba”, na mais tardia⁴². A bateria, com mais detalhe na de 1794, ocupa o seu espaço a nordeste em ambas.

O maior edifício estende-se à direita da porta principal quem entra, formando um L no sentido oeste/sul, ocupando todo o canto noroeste. As plantas só são discordantes na legenda. A primeira refere que o prédio adossado à muralha norte constitui a casa do governador sendo o restante um quartel, enquanto que a segunda unifica tudo em “quarteis”.

No pano de muralha a sul temos uma construção no canto sudeste, que encosta a este numa escada, melhor representada na mais antiga. Trata-se de um armazém de forma quadrada, menor na planta de 1794, designado por “armazém de munições” sendo em L, na outra planta.

Na representação de José Vasconcelos na década de 80, existe um curioso detalhe na porta norte, a única em ambas as plantas, com um quadrado desenhando à frente da entrada que encosta ao pano nordeste mais avançado que o de noroeste. Parece tratar-se de uma possível rampa ou escadas, para vencer o desnível de mais de 1 m, que ainda hoje perdura no acesso entre o exterior e o castelo (Fig. 8).

41 Vasconcelos, 17--, cota 76-1-8A -96_b.

42 Vasconcelos, 17--, cota 305-1-8A-96.

Por outro lado, na planta mais tardia ele representa um pequeno edifício, um armazém, entre o paiol e as construções do canto noroeste, que não se encontra em mais nenhum registo.

A cartografia do século XIX vai deixar de ser tão descritiva e torna-se cada vez mais elaborada tecnicamente permitindo-nos ter uma leitura mais exata do espaço urbano e território circundante, mas aporta menor informação do castelo. É o caso da planta militar realizada pelos Capitães do Nacional e Real Corpo de Engenheiros em 1822⁴³ (Fig. 9), que apenas nos acrescenta a informação do corte no muro este da bateria.

O interior do castelo é igualmente descrito na documentação em data anterior às plantas de Vasconcelos. A isso reportam as Memórias Paroquiais de 1758, referindo não só que o terramoto de 1755 apenas “fez umas rachaduras”⁴⁴ no castelo, como também “tem dentro de si a dita fortaleza armazém seo corpo da guarda com seo gyrau para dormirem os soldados, tem mais huma caza de a boboda para os cabos”⁴⁵.

A 8 de novembro de 1774 o ofício e relatório descritivo da situação da praça e guarnição do coronel de artilharia Guilherme Luiz A. de Valleré, ao Marquês de Pombal, expunha a necessidade de reparações nos “parapeitos” dos “quarteis e dos armazens que estão no interior do Castello; parecendo que são capas de alojar 60 a 70 hommes guarda suficiente em tempo de guerra”⁴⁶.

A 23 de fevereiro de 1816 um outro ofício do T.^{te} Coronel Comandante das Armas do Algarve João Austin, (na realidade John Austin, pois era inglês, apesar de assinar João à portuguesa) para D. Miguel P. Forjaz T.^{te} General, introduz um elemento ausente na cartografia, o “Calabouço da Guarda Principal d’aquella Praça”⁴⁷. Este volta a ser aludido novamente em 1824 e 1877. Em 1824 na minuta de 13 de outubro referente à cópia do orçamento de 31 de janeiro de 1822, do 2º Tenente Engenheiro Diretor Francisco Izidoro Lino, expõe a necessidade de reparação dos “Armazens, hum Corpo de Guarda, e Quarteis da praça de Alcoutim” e do telhado arruinado na “Caza para que serve de calhabouco”⁴⁸, enquanto que a 14 de maio de 1877 o ofício do chefe interino da repartição da Secretaria da Guerra, refere “haver ainda algumas pequenas edificações dentro do recinto do Castello, taes como payol, calabouço”⁴⁹.

Sabemos pela investigação arqueológica que, no século XVII, se constroem novos compartimentos com muros menos espessos (cerca 50/55 cm) e com pavimentos lageados a xisto que se vão sobrepor aos anteriores e adossar à muralha norte, visto

43 Pinto e Farinha, Fevereiro de 1822, cota 80-1-3-5.

44 A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, 1758: 124

45 A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, 1758: 123.

46 A.H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/9.

47 A.H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/21.

48 A.H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/31.

49 A.H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/39.

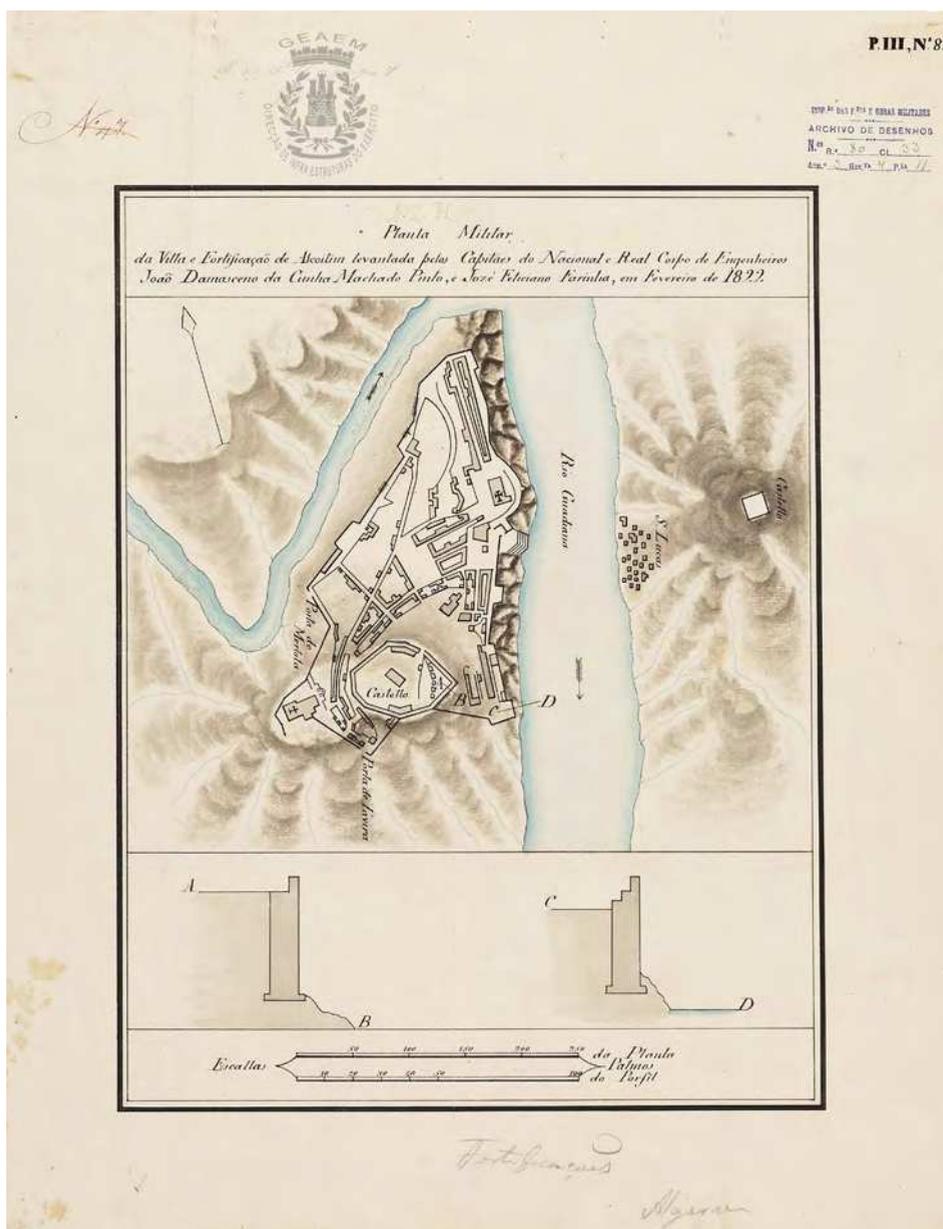


Figura 9. Planta Militar da Vila e Fortificação de Alcútem em Fevereiro de 1822 (imagem cedida por GEAEM/DIE - Exército Português).

este espaço anteriormente ocupado por uma rampa de acesso ao adarve, ter perdido a sua funcionalidade. A ladear estes edifícios da última fase de construção ocupados desde o século XVII até ao século XIX, realiza-se uma calçada seiscentista com pequenas pedras e seixos de ribeira colocados em cutelo e configuração em espinha⁵⁰.

⁵⁰ Gradim, Cardoso e Catarino, 2011: 49.

Como reduto defensivo o castelo refletiu desde o período tardo-medieval, conforme já referido, várias debilidades técnicas que a fortaleza abaluartada do período moderno não poderia superar face à sua desvantagem altimétrica em relação ao castelo espanhol. Tornou-se claro desde cedo aos responsáveis, engenheiros e patentes militares, que seriam necessárias outras estruturas para reforçar as limitações do castelo. Uma das primeiras terá sido, sem dúvida, a fortificação da vila terminada durante o reinado de D. Afonso VI muito provavelmente em 1661, conforme consta da inscrição epigráfica «Alfomsvs VI Rex Portugali Et Algaraviovm MDCLXI» existente na vila.

A cerca moderna possuía uma longa extensão em taipa, fruto da urgência na sua construção em período instável da fronteira aquando das “Guerras da Restauração” (1640-1668). A frente fluvial possuía aparelho de alvenaria de pedra com parapeto duplo, reforçado por torres no extremo sul da vila e no canto norte junto da Ribeira de Cadavais. “A existência de uma bateria a poucos metros para sul, na zona da igreja matriz, permitia defender com uma peça de artilharia, em bronze, a foz desta ribeira”⁵¹. Na zona central deste pano de muralha existiria outra bateria. Estes elementos são confirmados na documentação do século XVIII, no já referido relatório do coronel Valleré, a 8 de novembro de 1774.

“A villa de Alcoutim he somente cercada de hum mur de pedra e barro, fazendo alguns redentes no seu contorno, a altura sera de 15 a 16 palmos, e da grossura de 7 a 8, o q.^e forme hum pequeno terraplaneo coberto de hum parapeto de 2 ½ palmos, a tres de grosso: o mur da p.^{te} do guadiana he fabricado de pedra e cal, de 18 a 20 palmos de altura, e em partes de 9 a 10 de grossura; elle he flanquedo de dois pequenos baluartes nas extremidades, e de redentes na frente; tendo os seus terraplaneos capacidade de se montar alguma artilharia que descobre bem aguadiana, e pode como o Castello destruir a villa de São Lucar”⁵².

Outra informação pertinente é aquela que nos faculta acerca da bateria edificada no serro a norte da vila, sobre a qual não coincidem as diferentes fontes cartográficas e documentais.

Com efeito, nas Memórias Paroquiais em 1758 o pároco refere que:

“no districto desta villa em hum serro junto della estão huns cimentos, e vestígios de forte adonde os portugueses fizerão um forte no tempo das guerras, e donde tem rebatido as fúrias Espanhollas (...) começando os castilhanos a tirar para esta villa os Portugueses do dito serro apontando-lhes as duas peças lhe metião as balas dentro do seo castello”⁵³.

51 Gradim, 2006: 42.

52 A.H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/9.

53 A.N.T.T. *Memórias Paroquiais*, 1758: 123.



Figura 10. Bateria do cerro da Mina com o castelo de San Marcos em segundo plano (A.G.).

O documento do coronel Valleré em 1774 descreve que:

“Para contre balançar o commandante do Castello de São Lucar sobre Alcoutim se tem transportado duas peças de 18 no alto de huma montanha ao norte, deste ultimo, separado de elle por huma pequena ribeira, e que sera distante de 250 bras de hum e outro castello; cujo duas peças em bateria igualando o nível do Castello de São Lucar, se vem a fazer a compensação seguinte”⁵⁴.

Bateria esta já assinalada na planta da década de 80 de Sande Vasconcelos (Fig. 6), que a carta hidrográfica de 1801 afirma ter sido construída enquanto decorria uma das batalhas da “Guerra das Laranjas” entre as forças portuguesas e castelhanas, a 8 de junho, na foz do Guadiana conforme consta da sua legenda:

“Esta Bateria foi levantada no dia 8 de junho em que se distinguirão os Millicianos no seu trabalho, ouvindo eles a canhoada do combate das baterias da Carrasqueira e Pinheiro, districto de V.^a Real, anno 1801”⁵⁵.

Em todas elas um dado é comum, a sua localização, o que nos permitiu identificá-la no serro hoje denominado de cerro da Mina (Figs. 10 e 11), onde ainda são visíveis os vestígios de uma estrutura sobrelevada em frente do castelo de San Marcos.

54 A H.M., PT/AHM/3^a Divisão/9^a Secção/Caixa 103/9.

55 Carta Hydrografica do Guadiana, 1801, cota CA 251v IGP.

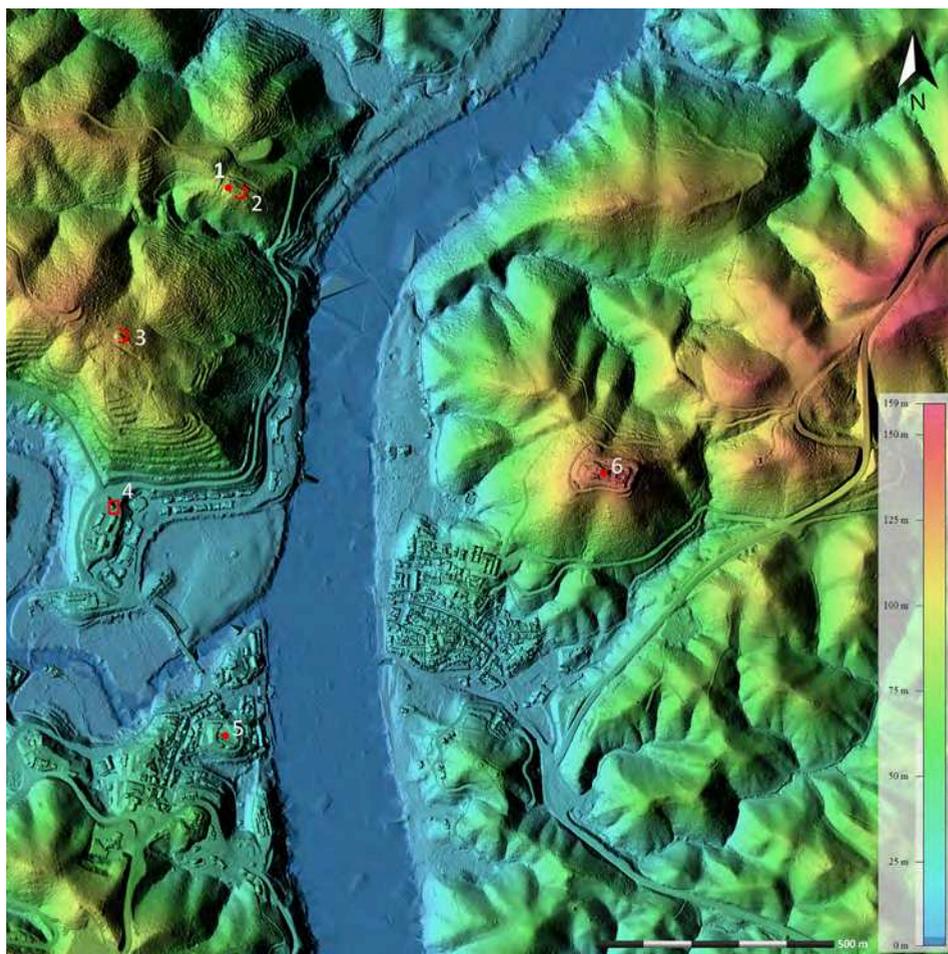


Figura 11. Modelo digital de terreno com representação do castelo velho (1) e possível bateria (2), bateria do cerro da Mina (3), cerro do polvorinho (4), castelo de Alcoutim (5) e castelo de San Marcos (6). O Modelo digital de terreno foi realizado por Hugo Pires e calculado a partir de nuvens de pontos com resolução média de 0.5 pontos/m² recolhidas em 2012 no âmbito do programa PNOA - LiDAR do Ministério de Fomento Espanhol (PNOA 2012 CC-BY scne.es).

Informações orais de um habitante de Alcoutim referem que no início dos anos 60 do século passado, na área hoje urbanizada a norte da ribeira junto do atual centro de saúde, o cerro possuía um pequeno edifício quadrado com uma única porta e três rampas que davam acesso a uma plataforma. O cerro era conhecido por “Polvorinho ou das baterias” e é possível que aqui tivesse existido um paiol de apoio às baterias a norte da vila (Fig. 11).

Ao longo do século XIX são várias as referências na documentação à ruína do castelo e muralha evidenciando uma inoperacionalidade cada vez mais sublinhada. Logo em 1817 a informação do Major Engenheiro Joaquim F. A. de Souza sobre a situação da Praça, é perentória ao afirmar que: “Não podendo esta Praça servir para

nenhum dos fins para que devem ser construídas as Praças de Guerra: eu a julgo inútil; e superflua a despesa que se faz com os destacamentos para a guarnecer” sendo no seu entender suficiente reparar a parte arruinada das muralhas e quartéis da praça “ara ivitar a sua total ruína; e servir d’oposição á introdução de contrabandos”⁵⁶.

Na década seguinte, documentos de 1821, 1824 e 1826 continuam a narrar regularmente o problema do alojamento dos soldados devido à ruína dos quartéis. A 27 de novembro de 1821 afirma-se que “estão totalmente a ruínados, tanto em telhados como em paredes”, já em 21 de outubro de 1824 pretende-se chamar à atenção do Governador das Armas do Algarve, para “a total Ruína do Q.^{el} daquela Praça” e a 12 de janeiro de 1826 insiste a autarquia na questão já reportada desde 24 de setembro de 1824, do ónus que acarretava para os habitantes a obrigação de providenciar o alojamento à tropa destacada para a vila⁵⁷.

É como tal notória a sua perda de importância enquanto estrutura militar, acentuando-se o peso económico e social que ocasionava a sua manutenção, a cada década que passava.

Nos anos 70 do século XIX, devido à grande cheia de 6 e 7 de dezembro de 1876, a autarquia vai solicitar logo a 21 desse mês, o recinto do castelo para nele instalar o edifício dos Paços do Concelho que tinha sido “arrazado pelo rio”, estando o executivo camarário convencido que a “Fortaleza derrotada” seria o mais indicado e seguro⁵⁸. Este processo da cedência que não se irá concretizar, vai reunir nos dois anos seguintes informação elucidativa da decadência da fortaleza e do fim anunciado da sua função de estrutura bélica.

No dia 12 de abril de 1877 a comissão de engenharia no Algarve descreve desta forma o castelo:

“o castelo da Villa de Alcoutim é constituído por um recinto fechado, tendo ao centro o payol e lateralmente á entrada tres casas, uma das quaes servindo de calabouço; estão arrendadas; bem como o terrapleno e payol. Estas rendas somadas produsiram no anno pretérito a quantia de 7\$270 reis d’onde se póde inferir o pequeno valor de tal propriedade. É nulla a importância defensiva d’este castello e a pedra de que os muros são formados, nem mesmo póde ser aproveitada em novas construções, pois que sendo schistosa, desfaz-se em folhetos, quando eles se desmoronarem”⁵⁹. A 4 de maio afirma-se mesmo que “nenhuma consideração pode já hoje merecer aquelle castello”⁶⁰.

56 A H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/22.

57 A H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/23,103/31 e 103/32.

58 A H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/38.

59 PT-DIE-RPAT-PTM001ALC-P001.

60 A H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/39.

Em 1878 o castelo era propriedade do ministério da fazenda que arrendava o espaço ainda administrado pelo ministério da guerra⁶¹. Sabemos que um dos arrendatários era o açougue⁶².

Nos finais do século XIX o castelo, perdera a função que esteve na génese da sua existência, não tendo qualquer papel na defesa da fronteira, nem na vigilância do tráfego do contrabando, seu último alento. Era um peso para os ministérios da guerra e da fazenda que partilhavam a responsabilidade daquele espaço.

2. A TRANSFORMAÇÃO DO CASTELO EM MONUMENTO DE FRUIÇÃO PÚBLICA

A entrada no século XX fez evidenciar dois problemas que se entrelaçam, a gestão e a ruína. Ao mesmo tempo a estrutura militar deixa de ser encarada como um elemento protetor para uma população ou reino e adquire o seu estatuto simbólico de peça antiga e memória coletiva. Assim o exprime o Governador de Faro à Secretaria da Guerra a 16 de julho de 1918 ao dizer que o castelo “já bastante arruinado, mas ainda assim apreciável pela sua antiguidade”⁶³.

Mas o facto é que em março de 1919 a autarquia pensa ser um benefício público utilizar umas pedras soltas do castelo arruinado, para lajear 20 metros quadrados do mercado do peixe em construção, o que dá azo a uma averiguação por parte da Inspeção Territorial das Fortificações e obras Militares a 8 de abril. Na informação o capitão responsável conclui que “Quanto à conservação do Castelo deixa muito a desejar e apresenta mesmo, um estado de miséria e de abandono” e que as lajes arrancadas do pavimento das baterias para a obra em questão tinham sido fruto de “manifesta ignorância do pedreiro” que pensou ser “optima aplicação”. Ficamos ainda a saber que o castelo continua a ser arrendado anualmente para “curral de gado, ovelhas, cabras, coelhos etc dando assim lugar a que internamente o seu aspecto seja de estrumeira; as muralhas estão em ruínas.” Refere-se mesmo que a melhor solução seria a alienação pois as obras de que necessita são “de relativa importancia”⁶⁴.

Talvez seja esta a razão porque a 17 de junho de 1938 na secção de finanças de Alcoutim o ministério da guerra, ao qual o castelo está afeto e “do qual este não carece”, realiza um auto de entrega do castelo de Alcoutim ao ministério das finanças⁶⁵.

Nesse mesmo ano, a 10 de janeiro enceta-se um longo processo de 23 anos e meio referente ao castelo de Alcoutim e compilado no acervo documental da DGEMN⁶⁶. Este compreende entre outros, um conjunto de documentos que antecede a

61 A H.M., PT/AHM/3ª Divisão/9ª Secção/Caixa 103/40.

62 Gradim, Cardoso e Catarino, 2011: 49.

63 PT-DIE-RPAT-PTM001ALC-P001.

64 *Idem*.

65 *Idem*.

66 PT DGPC: DGEMN/DSARH - 010/011 – 0004.

primeira intervenção naquele monumento em maio de 1961 e que é composto por correspondência trocada entre os organismos que tutelavam o património à época e as entidades locais e regionais. Durante uma larga diacronia entre janeiro de 1938 e junho de 1961 (a correspondência que não é contínua refere-se aos anos de 1938, 39 e 40 e depois de um interregno de dez anos aos de 1950, 51 e 55 e finalmente aos anos de 1960 e 61), o tema transversal na documentação é o estado de ruína das muralhas e dos edifícios existentes no seu interior. Com efeito encontramos nos 68 documentos, 2 recortes de notícias datadas de 7 de agosto de 1955 e de finais de março de 1961, inúmeras referências sobre a necessidade de uma intervenção neste espaço monumental e histórico e apelos constantes para as necessárias obras de reparação/restauro nas muralhas.

A gestão do imóvel rapidamente se torna um fardo para o ministério das finanças pois o arrendamento deixa de se efetuar, quer pelo elevado preço base quer pela obrigatoriedade de velar pela boa conservação das suas muralhas que se encontram em ruína. A isto reportam os officios daquela edilidade para a DGEMN, a 1 de junho e 20 de setembro de 1939 e 8 de agosto de 1940⁶⁷.

Em finais do ano de 1940, a 9 de dezembro, a solução encontrada é a cessão a título precário do castelo à autarquia, segundo proposta do Diretor Geral da Fazenda Pública. Proposta aceite e vinculada pelo auto de 26 de setembro de 1941, com a condição de “que sejam feitas as obras de restauro de que o prédio carece” com verbas que não as da câmara pois são insuficientes as suas receitas⁶⁸.

A questão é que apesar de existir um projeto com orçamento para obras de beneficiação e restauro desde julho de 1939 na DGEMN, este nunca se conseguiu cabimentar nos planos anuais com a verba necessária para a sua concretização, nem mesmo depois dos inúmeros apelos de 3 presidentes camarários, encetados a 10 de janeiro de 1938 e terminados a 06 de março de 1961, dois meses antes do início da obra pela empresa Odilom⁶⁹.

Quando a 1 de maio de 1961 finalmente se procedeu à intervenção, no castelo já tinha ruído parte do muro oeste no temporal noticiado pelo “Diário de Notícias” a 4 de dezembro de 1949, seguindo-se outra derrocada do lado este no início de 1950. A 7 de agosto de 1955 era notícia no Jornal do Algarve com o título: “O estado de conservação do histórico castelo de Alcoutim”. Em 1960, a 22 de abril sabemos por mais um dos apelos do presidente da autarquia que “parte das muralhas do nascente, sul e poente, ruíram, o canto do lado norte da frontaria está fendido e esburacado na sua base, ameaçando ruína, que a dár-se, desabaria sobre alguns prédios que o circundam, tendo, portanto, a lamentar vítimas se não se lhe acudir imediatamente”. O castelo volta a ser notícia em finais de março de 1961, num

67 *Idem.*

68 *Idem.*

69 *Idem.*

jornal que não conseguimos identificar e cujo recorte foi enviado pelo Governador Civil de Faro à DGEMN, nele podendo ler-se que se encontra “tão abandonado, que bem merece a atenção da Direção-Geral dos Monumentos Nacionais, tanto mais que ameaça perigo para a população”⁷⁰.

Face a esta situação já dramática a DGEMN irá, finalmente em 1961, como entidade responsável pelo património nacional proceder à primeira das oito intervenções realizadas. Seguem-se as de 1967, 69, 77, 79, 81, 85 e 88 nas quais se procederá não só às reparações e consolidação dos panos de muralha danificados, como também dos adarves e seus acessos, das cortinas e merlões, além de demolições dos edifícios arruinados no interior e dos adossados no exterior. Efetua-se a recuperação do paiol e a colocação de uma nova porta de madeira na entrada do castelo. Na última ação em 1988, ainda como monumento não classificado, efetua-se a iluminação exterior.

Os trabalhos de restauro do castelo realizados ao longo de 3 décadas por esta direção estatal do património evitaram o desaparecimento deste monumento cuja demolição chegou a ser equacionada. No entanto os trabalhos realizados não deixaram de eliminar definitivamente os edifícios centenários ilustrados na cartografia moderna, cuja forma era ainda completamente visível no início dos anos 60 conforme registado pela objetiva fotográfica (Fig. 12). A única exceção foi o paiol, alvo de recuperação conforme acima referido.

Na última década do século XX será a autarquia provida de meios que no Estado Novo não possuía, a tomar em mãos um projeto de recuperação e valorização deste espaço. Iniciado em 1992 dotou o castelo de um novo espaço expositivo que foi inaugurado em 1994, um ano após a sua classificação como Imóvel de Interesse Público. A obra realizada regeu-se por conceitos bem distintos da carga simbólica e nacionalista de um património que deveria refletir uma imagem de um “passado glorioso” e imutável. A salvaguarda patrimonial era agora encarada de forma permeável não só a uma conciliação com o assumidamente moderno como à adaptação funcional de índole cultural e económica. Neste contexto a fruição pública de um bem patrimonial que se pretende preservar como memória coletiva futura, conjugava-se com a indústria turística como um veículo de desenvolvimento local.

O edifício de linguagem arquitetónica modernista passou a albergar desde 2000 o museu de arqueologia na área escavada entre 1992/93 junto das muralhas norte e poente (Fig. 3).

Fator interessante no castelo de Alcoutim é o seu percurso indissociável ao Castillo de San Marcos na margem oposta do Guadiana. Coroando a vila andaluza de Sanlúcar de Guadiana, esta fortaleza irá desenvolver-se num reflexo mútuo da congénere portuguesa, espelhando desde a sua origem um processo paralelo nas principais intervenções e modificações estruturais que se realizarão ao longo dos séculos. Com

70 *Idem.*



Figura 12. Castelo de Alcoutim 1960/61 antes da intervenção de maio de 1961 (C.M.A.).

efeito ambas as estruturas militares são edificadas no século XIV, sofrem alterações no início do período moderno e convertem-se em fortalezas abaluartadas no século XVII. O século XIX traz-lhes o declínio do seu papel bélico enquanto fortificações fronteiriças. Investidas apenas do seu papel monumental de imóveis cada vez mais arruinados perdem a tutela militar e passam a ser geridas municipalmente, San Marcos ainda em 1866⁷¹ e Alcoutim mais tardiamente em 1941.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos em ambos os castelos, em Alcoutim ainda em finais do século XX e em San Marcos já no século XXI nas campanhas de 2003, 2005, 2012/13⁷², irão dar-lhes, a par com a investigação histórica, a base para se revelarem como espaços de conhecimento e memória destas vilas. Os projetos de recuperação, valorização e musealização irão renovar estes castelos que quais “fénixes renascidas” franquearão as suas portas à fruição pública. O novo milénio despiu-as da sua função belicista e permitiu-lhes revelar uma nova face enquanto estruturas guardiãs e veículos da memória coletiva que importa perpetuar para as gerações futuras.

AGRADECIMENTOS

Chefe Coronel Eng.º José P. R. Berger (GEAEM)

Diretor Coronel Eng.º João M. P. Tirocinado (DIE)

Diretor Coronel Américo F. C. Martins (AHM)

Aos generosos contributos do Capitão-Tenente Vítor Mendonça, Dr. Hugo Pires e Dr.^a Salomé Horta.

71 Duclos, 2002: 180.

72 De Haro, Linares, Arteaga, 2015.

SIGLAS E ABREVIATURAS

- A.G. – Alexandra Gradim
A.H.M. – Arquivo Histórico Militar
A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
DIE – Direção de Infraestruturas do Exército
DGEMN – Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
GEAEM – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar
IGP – Instituto Geográfico Português
J.S. – João Simões

CARTOGRAFIA

CARTA/HYDROGRAFICA/ DO GUADIANA A QUAL SERVE/DE INTELIGENCIA/ Para as Plantas Militares que se seguem N°2/ N°3. N°4 as quaes guarnecem a margem/ esquerda do dito Rio, e Barra; notando-se igualmente os baixos ou bancos de area, que fazem deficuloza a sua entrada, como aqui se vei, CA 251v, Instituto Geográfico Português.

Mappa dos orçamentos do que podem custar as redificações das fortalezas deste Reyno, PT-GEAEM-4010 II-1-3-5[DIE], Exército Português.

Planta Alcoutim, PT-GEAEM-305-1-8A-96[DIE], Exército Português.

Praça d'Alcoutim, PT-GEAEM-76-1-8A-96_b[DIE], Exército Português.

Planta Militar da Vila e Fortificação de Alcoutim levantada pelos Capitães do Nacional e Real Corpo de Engenheiros João Damasceno da Cunha Machado e José Feliciano Farinha, em Fevereiro de 1822, PT-GEAEM-80-1-3-5[DIE], Exército Português.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, F. (1967): *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto: Portucalense Editora.
- Almeida, J. (1947-48): *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. 3, Lisboa: Edição do Autor / Instituto para a Alta Cultura.
- Armas, D. (1997): *Livro das Fortalezas*, Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Inapa.
- Barroca, M. (1998): “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras*, 15, pp. 801-822.
- Boiça, J. (2004): “Alcoutim da restauração. O baluarte joanino e a cintura de muralhas afonsina”, em *Seminário O Foral de D. Dinis e Alcoutim Medieval e Moderno*, Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim, pp. 28-33.

- C. (1955, 1 de maio): “Alcoutim. Achado histórico”, *Notícias do Algarve*, ano II, n.º 99, Vila Real de St.º António, p. 2.
- Calado, Adelino de Almeida (1998), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Catarino, H. (1994): “Arqueologia medieval no Algarve Oriental. Os castelos de Alcoutim”, en *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana, Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del Suroeste*, Huelva: Universidad de Huelva, pp. 657-671.
- Catarino, H. (2004): “Um olhar sobre o castelo de Alcoutim: resumo das intervenções arqueológicas”, en *Seminário O Foral de D. Dinis e Alcoutim Medieval e Moderno*, Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim, pp. 12-19.
- Carriazo Rubio, J. L. (1998): “Violencia y relaciones fronterizas: Alcoutim y Sanlúcar de Guadiana a fines del siglo XV”, en *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: «As relações de fronteira no século de Alcanices»*. Actas, Oporto: Universidade do Porto, vol. 1, pp. 365-381 [Separata de la *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. XV, tomo 1, 1998].
- Carriazo Rubio, J. L. (2015): “El castillo de San Marcos en la documentación medieval”, en Fondevilla Aparicio, J. J. y García Rincón, J. M. [eds.]: *Restauración y puesta en valor patrimonial del castillo de San Marcos de Sanlúcar de Guadiana: del castillo bajomedieval a la fortificación abaluartada. Aportes al conocimiento histórico del bien cultural resultantes de la investigación histórico-arqueológica*, Sevilla: Junta de Andalucía, pp. 9-13.
- De Haro, Ordóñez, J., Linares Catela, J. A. Arteaga, Lobo, E. (2015): “Actuaciones arqueológicas en el Castillo de San Marcos. Génesis y evolución del castillo viejo a la fortificación abaluartada”, en Fondevilla Aparicio, J. J. y García Rincón, J. M. [eds.]: *Restauración y puesta en valor patrimonial del castillo de San Marcos de Sanlúcar de Guadiana: del castillo bajomedieval a la fortificación abaluartada. Aportes al conocimiento histórico del bien cultural resultantes de la investigación histórico-arqueológica*, Sevilla: Junta de Andalucía, pp. 15-33.
- Duclos Bautista, G. (2002): *La fortificación de un territorio. Arquitectura militar en la raya de Huelva, siglos XVII y XVIII*, Huelva: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Huelva.
- Duclos Bautista, G. (2015): “Restauración y puesta en valor del Castillo de San Marcos”, en Fondevilla Aparicio, J. J. y García Rincón, J. M. [eds.]: *Restauración y puesta en valor patrimonial del castillo de San Marcos de Sanlúcar de Guadiana: del castillo bajomedieval a la fortificación abaluartada. Aportes al conocimiento histórico del bien cultural resultantes de la investigación histórico-arqueológica*. Junta de Andalucía, pp. 35-55.

- Gradim, A. (2006): *Alcoutim Urbano e Rural. Dos finais da idade média ao fim do antigo regime*, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Alcoutim.
- Gradim, A. (2008): “Os condes Meneses e a vila moderna de Alcoutim”, *Revista al-Gharb*, 3, pp.40-46.
- Gradim, A., Cardoso, J. L. e Catarino H. (2011): *Guia do Núcleo Museológico de Arqueologia*, Lisboa: Câmara Municipal de Alcoutim.
- Guedes, L.da C. (1988): *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: a “Descrição” de Alexandre Massai (1621)*, Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Guedes, L. C. (1992): “A Viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão Von Wiederhold 1798”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, pp. 128-133.
- Iria, A. (preparação do texto e prefácio) (1978): *Cartas dos Governadores do Algarve (1638-1663)*, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Iria, A. (1990): *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do século XV (Subsídios para a sua história)*, vol. I, Lisboa: Casa do Algarve – Lisboa.
- Lobo, F. S. (2001): “Sentinela do Guadiana”, *Arquitectura e Vida*, 13, pp. 66-67.
- Monteiro, J. G. (1999): *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa: Edições Colibri.
- Oliveira, A. (2002): *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, Coimbra: Instituto de História Económica e Social / Faculdade de Letras.

COLECCIÓN HISTORIA & ARTE_ 10

FORTIFICACIONES SEÑORIALES
DEL SUROESTE IBÉRICO:
LA HUELLA DOCUMENTAL



Colección HISTORIA & ARTE_ 10
Madrid, junio de 2021

Los textos que integran esta obra han sido objeto de evaluación, tanto interna, a cargo de la editorial, como externa, efectuada por evaluadores independientes de reconocido prestigio.

El presente volumen es resultado del Proyecto de I+D+i “Fortificaciones señoriales del suroeste: la huella documental” (Programa Operativo FEDER 2014-2020 y Consejería de Transformación Económica, Industria, Conocimiento y Universidades de la Junta de Andalucía, referencia UHU-1261402). Ha contado además con el apoyo económico del Centro de Investigación en Patrimonio Histórico, Cultural y Natural de la Universidad de Huelva.

© *Fortificaciones señoriales del suroeste ibérico: La huella documental*
Juan Luis Carriazo Rubio (editor)

Esta edición es propiedad de EDICIONES DE LA ERGÁSTULA y no se puede copiar, fotocopiar, reproducir, traducir o convertir a cualquier medio impreso, electrónico o legible por máquina, enteramente o en parte, sin su previo consentimiento. Cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública o transformación de esta obra solo puede ser realizada con la autorización de sus titulares, salvo excepción prevista por la ley. Diríjase a CEDRO (Centro Español de Derechos Reprográficos, www.cedro.org) si necesita fotocopiar o escanear algún fragmento de esta obra.

© Todos los derechos reservados.
© Textos: Sus autores.
© Imágenes: Sus autores.

Ediciones de La Ergástula ha realizado todos los esfuerzos posibles para conocer a los propietarios de todas las imágenes que aquí aparecen y por obtener los permisos de reproducción necesarios. Si se ha producido alguna omisión inadvertidamente, el propietario de los derechos o su representante legal puede dirigirse a Ediciones de La Ergástula (info@laergastula.com).

© Ediciones de La Ergástula, S.L.
Calle de Béjar 13, local 8,
28028 – Madrid
www.laergastula.com

Diseño y maquetación: La Ergástula
Imagen de portada: El alcázar de Niebla fotografiado por Kurt Hielscher, *Das unbekannte Spanien: Baukunst, Landschaft, Volksleben*, Berlin, Verlag Ernst Wasmuth A.-G., 1922.

I.S.B.N.: 978-84-16242-79-5
Depósito Legal: M-17160-2021
Impreso en España – *Printed in Spain*.

ÍNDICE

<i>Prólogo</i>	11
----------------------	----

INTRODUCCIÓN

<i>Las fortificaciones señoriales del suroeste ibérico en el horizonte de 2020: coordinadas de un proyecto de investigación</i> Juan Luis CARRIAZO RUBIO.....	17
--	----

PRIMERA PARTE EL SEÑORÍO DE GIBRALEÓN

<i>Aldeas y caminos de Gibraleón (ss. XIII-XV). El puerto de Algalame</i> Juan Aurelio PÉREZ MACÍAS y Manuel TORRES TORONJO	51
--	----

<i>De la alcazaba islámica al palacio renacentista del marqués de Gibraleón: investigación arqueológica y estado de la cuestión</i> Olga GUERRERO CHAMERO.....	83
---	----

<i>Arqueología del castillo bajomedieval de San Marcos (Sanlúcar de Guadiana, Huelva)</i> Jesús DE HARO ORDÓÑEZ, Elena LOBO ARTEAGA y José Antonio LINARES CATELA	105
---	-----

SEGUNDA PARTE LA FRONTERA

<i>Torrequemada y el castillo de Torres: fragua y articulación del territorio de conquista hospitalario en ámbitos de «La Contienda»</i> Juan José FONDEVILLA APARICIO	139
---	-----

Huella documental y reconstrucción histórica del castillo de Ayamonte (Huelva)
M.^a Asunción DÍAZ ZAMORANO 185

Castro Marim: cenários de inícios do século XVI
Isabel VAZ DE FREITAS..... 201

O castelo de Alcoutim e as suas diferentes faces: de estrutura bélica medieval a espaço de fruição pública contemporâneo
Alexandra GRADIM..... 221

TERCERA PARTE FORTALEZAS DE LOS GUZMÁN

Sanlúcar inexpugnable, fortaleza de la casa ducal de Medina Sidonia
Fernando CRUZ ISIDORO..... 247

El castillo de Huelva: un recorrido histórico e historiográfico
Manuel José de LARA RÓDENAS 287

El sistema defensivo de la villa de Huelva a través de sus documentos
Rubén FERNÁNDEZ RENTERO y Jesús HERNÁNDEZ SANDE..... 317

CUARTA PARTE DEL OLVIDO A LA CONSERVACIÓN

El castillo de Niebla en el siglo XIX: ruina y expolio de un monumento medieval a través de las fuentes
Enrique INFANTE LIMÓN..... 365

A reconquista dos castelos da ordem de Santiago no Algarve: estudo das campanhas de obras realizadas em Cacela, Tavira e Aljezur à época do Estado Novo
Luís Miguel CORREIA y Catarina ALMEIDA MARADO 383

Resúmenes 413